



PROVA OBJETIVA

Prezado(a) Candidato(a):

1. **VERIFIQUE**, com muita atenção, **este caderno de prova**, que deve conter **120 (cento e vinte) questões** de múltipla escolha, com quatro opções de resposta. **Constatando qualquer anormalidade** (página sem impressão, página repetida, ausência de página(s), impressão defeituosa), **solicite imediatamente a substituição do seu caderno de prova.**

NÃO SERÃO ACEITAS RECLAMAÇÕES FORMULADAS APÓS O INÍCIO DA PROVA.

2. **PARA SEU MELHOR DESEMPENHO:**

- a) Procure **utilizar bem** o tempo de prova;
- b) **Responda** inicialmente as questões que lhe pareçam **mais fáceis**, deixando, para o final, aquelas que requeiram maior atenção;
- c) **Assinale** a alternativa escolhida **no caderno de prova**;
- d) **Reveja as questões**, conferindo as respostas, **antes** de marcar a folha de resposta;
- e) **Solicite ao fiscal** mais próximo a sua **folha de resposta**, para a transcrição de suas escolhas em definitivo.

NÃO HAVERÁ SUBSTITUIÇÃO DA FOLHA DE RESPOSTA.

3. **ATENÇÃO! A FOLHA DE RESPOSTA SERÁ CORRIGIDA POR LEITURA ÓTICA, PORTANTO:**

- a) Marque suas respostas, observando o exemplo abaixo e as instruções constantes da folha de resposta;
- b) **Ao transcrever suas opções para a folha de resposta, use somente a caneta esferográfica fornecida pelo MPF;**
- c) **Terminando de transcrever suas opções, chame o fiscal mais próximo, devolva-lhe o caderno de prova utilizado e a folha de resposta preenchida e assinada;**
- d) Para cada questão, há **uma única alternativa correta;**
- e) **DESCONHECENDO A RESPOSTA CORRETA, É IMPRESCINDÍVEL ASSINALAR, NA FOLHA DE RESPOSTA, A ALTERNATIVA "E";**
- f) A questão deixada sem resposta ou marcada em duplicidade equivalerá a errada.

4. **LEMBRE-SE:**

- a) **QUATRO RESPOSTAS ERRADAS ANULAM UMA CORRETA;**
- b) Deixando a questão sem resposta e assinalando a alternativa "E", você não será penalizado;
- c) **A INCORREÇÃO OU RASURA NO PREENCHIMENTO DA FOLHA DE RESPOSTAS PODERÁ PREJUDICÁ-LO(A).**

GRUPO I					
1	●	○	○	○	○
2	○	●	○	○	○
3	○	○	●	○	○

GRUPO I

DIREITO CONSTITUCIONAL E METODOLOGIA JURÍDICA

DIREITO ADMINISTRATIVO E DIREITO AMBIENTAL

DIREITO TRIBUTÁRIO E DIREITO FINANCEIRO

1. ASSINALE A RESPOSTA CORRETA:

- a) () O procedimentalismo sustenta a legitimidade democrática da jurisdição constitucional, diante da constatação da incapacidade das instâncias representativas de pautarem a sua atuação pela axiologia constitucional.
- b) () O positivismo jurídico nega o caráter constitutivo da interpretação do Direito.
- c) () No neoconstitucionalismo preconiza-se a abertura da hermenêutica constitucional aos influxos da moralidade crítica.
- d) () No paradigma pós-positivista, os princípios gerais de direito são meios de integração do ordenamento, voltados ao suprimento de lacunas, ao lado da analogia e dos costumes.

2. LEIA OS ENUNCIADOS ABAIXO:

I - O pressuposto da subsidiariedade, na arguição de descumprimento de preceito fundamental de natureza incidental, leva em consideração a existência de outro instrumento no controle abstrato de normas apto a sanar a lesão ao preceito fundamental não apenas para as partes do processo originário, mas para todos os que se encontrarem em situação similar.

II - O princípio da reserva de plenário não se aplica ao próprio STF, no julgamento de recursos extraordinários.

III - Não cabe o controle abstrato de constitucionalidade de decreto expedido pelo Presidente da República.

IV - É incabível a propositura de ADI contra lei formal, dotada de efeitos concretos.

Considerando a jurisprudência atual do STF, quais as respostas corretas?

- a) () I e II.
- b) () I, II e III.
- c) () I, II, III e IV.
- d) () III e IV.

3. É CORRETO AFIRMAR QUE:

- a) () A ponderação de interesses é técnica que busca equacionar as colisões entre princípios constitucionais através da demarcação dos

respectivos âmbitos de proteção, de modo a evitar que normas divergentes incidam concomitantemente sobre a mesma hipótese fática.

b) () O Poder Judiciário deve interpretar os tratados internacionais de direitos humanos à luz da Constituição Federal, mas não o contrário, pois se assim não fosse, subverter-se-ia a hierarquia das fontes normativas e o princípio da supremacia da Constituição.

c) () A mutação constitucional consiste na alteração da jurisprudência do STF sobre algum tema de índole constitucional, sem que haja mudança formal no Texto Magno.

d) () São intérpretes da Constituição não apenas os órgãos do Poder Judiciário, como também os demais poderes políticos, além dos múltiplos atores presentes na sociedade civil, que, em seus debates travados na esfera pública, participam da tarefa de atribuição de sentido às normas constitucionais.

4. LEIA ATENTAMENTE OS ENUNCIADOS ABAIXO:

I - A liberdade de expressão protege as críticas a agentes públicos e detentores de poder social, desde que não realizadas em tom desrespeitoso.

II - O princípio da laicidade do Estado impõe a neutralidade estatal em matéria religiosa, mas não é incompatível com a colaboração entre o Poder Público e representantes das igrejas e cultos religiosos que vise à promoção do interesse público.

III - O direito de resposta, além de tutelar os direitos da personalidade, também configura instrumento para a promoção do pluralismo interno dos meios de comunicação social, na medida em que confere ao público a possibilidade de acesso a posições divergentes sobre tema de interesse social.

IV - Em matéria de direito intertemporal, a Constituição brasileira, de acordo com a jurisprudência do STF, aderiu à chamada teoria objetiva, que veda a retroatividade das leis, mas não a incidência de normas de ordem pública sobre efeitos futuros de negócios jurídicos celebrados no passado.

Quais as afirmativas são corretas?

- a) () I e II.
- b) () III e IV.

c) () II e III.

d) () I e IV.

5. É INCORRETO AFIRMAR QUE:

a) () A igualdade de gênero justifica medidas protetivas da mulher, bem como políticas de ação afirmativa em seu favor, mas não aquelas que se baseiem na cristalização jurídica de estereótipos culturalmente enraizados.

b) () A igualdade substantiva envolve não apenas o imperativo constitucional de adoção de políticas públicas que visem à redução das desigualdades socioeconômicas, como também a exigência de implementação de medidas que objetivem promover o reconhecimento e respeito das identidades étnicas, culturais e sexuais de membros de grupos estigmatizados pela cultura hegemônica.

c) () As liberdades existenciais e econômicas são protegidas com a mesma intensidade pela nossa ordem constitucional, já que esta estrutura um sistema econômico capitalista, fundado na livre iniciativa.

d) () O princípio da solidariedade pode ser invocado para limitar excessos na tendência individualista e egocêntrica que a gramática dos direitos subjetivos pode instaurar.

6. ASSINALE A ALTERNATIVA CORRETA:

a) () A garantia do direito das populações indígenas à posse e usufruto das terras tradicionalmente ocupadas depende do seu reconhecimento, em cada caso, através de procedimento administrativo, cuja decisão final se reveste de caráter discricionário.

b) () As comunidades indígenas têm direito de viver de acordo com os seus valores e tradições, desde que estas não violem a moral e os bons costumes.

c) () A aquisição, pelas comunidades de remanescentes de quilombo, do direito de propriedade das terras por elas ocupadas, pressupõe a posse mansa e pacífica da área a ser titulada entre data da abolição da escravidão e o advento da Constituição de 88.

d) () A Constituição de 88 abre-se ao multiculturalismo, ao reconhecer direitos culturais aos povos tradicionais, dentre os quais o respeito e a valorização dos seus modos próprios de criar, fazer e viver.

7. MARQUE A RESPOSTA CORRETA:

a) () O direito fundamental à saúde não permite a garantia judicial de tratamentos excepcionalmente onerosos não previstos no âmbito do Sistema Único de Saúde, em razão da incidência do princípio da reserva do possível.

b) () O princípio da proteção do retrocesso social veda qualquer restrição de políticas públicas que já tenham concretizado direitos sociais constitucionalmente positivados.

c) () A teoria da eficácia horizontal imediata dos direitos fundamentais sustenta que a vinculação dos particulares a estes direitos é equiparável à vinculação dos poderes públicos.

d) () A teoria relativa do núcleo essencial dos direitos fundamentais funde o conceito de núcleo essencial com o de respeito ao princípio da proporcionalidade nas medidas restritivas de direitos.

8. ASSINALE A RESPOSTA CERTA:

I - A Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência foi incorporada no ordenamento brasileiro com hierarquia supralegal mas infraconstitucional.

II - A Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência adotou o chamado critério biomédico para a caracterização da deficiência, afastando leituras preconceituosas e estereotipadas do fenômeno.

III - Os direitos sexuais e reprodutivos são titularizados por pessoas adultas, independentemente do gênero ou orientação sexual. As crianças e adolescentes, por estarem ainda em processo de formação física e psíquica, não desfrutam de qualquer destes direitos, embora devam ser integralmente protegidas diante de qualquer ação ou omissão atentatória a sua dignidade.

IV - A teoria do impacto desproporcional, adotada no Brasil, permite que se constatem violações ao princípio da igualdade quando os efeitos práticos de determinadas normas, de caráter aparentemente neutro, causem um dano excessivo, ainda que não intencional, aos integrantes de determinados grupos vulneráveis.

a) () I e II.

b) () III e IV.

c) () II e IV.

d) () I e III.

9. LEIA OS ENUNCIADOS ABAIXO:

I – Considerando que a federação é cláusula pétrea, não é possível a edição de emenda que afete a partilha de competências entre os entes federativos.

II – Existe a possibilidade de controle preventivo de constitucionalidade no caso de proposta de emenda constitucional infringente de cláusula pétrea.

III – De acordo com a jurisprudência do STF, uma emenda constitucional não pode instituir novo limite ao poder reformador, pois seria logicamente contraditório que o poder constituinte derivado pudesse limitar o exercício do próprio poder constituinte derivado no futuro.

IV – Para o Supremo Tribunal Federal, as emendas às constituições estaduais não podem criar novos órgãos públicos no Estado-membro.

São corretas as respostas:

- a) () I e II.
- b) () III e IV.
- c) () II e IV.
- d) () I e III.

10. ASSINALE A RESPOSTA CORRETA:

a) () De todo enunciado normativo é possível extrair-se pelo menos uma norma jurídica, pois deve-se presumir que o legislador jamais emprega palavras em vão.

b) () No sistema jurídico brasileiro, a ordem decrescente de prioridade no que se refere aos critérios para resolução de antinomias é: hierarquia, cronologia e especialidade.

c) () No confronto entre princípios e regras jurídicas, os primeiros devem prevalecer, em razão da sua maior relevância sistêmica e axiológica.

d) () As teorias mais aceitas de argumentação jurídica qualificam o processo de interpretação e aplicação do Direito como um exercício de racionalidade prática, sujeito a alguns constrangimentos institucionais específicos.

11. EM RELAÇÃO À DESAPROPRIAÇÃO, É CORRETO AFIRMAR QUE:

a) () toda desapropriação pressupõe, nos termos da Constituição, justa e prévia indenização, ressalvada a desapropriação urbanística

sancionatória, que tem natureza punitiva e confiscatória;

b) () são inexpropriáveis, em qualquer hipótese, ações, cotas ou direitos representativos do capital de empresas cujo funcionamento esteja sujeito a autorização do poder público federal;

c) () não há direito de retrocessão quando, apesar de recebida uma destinação diversa daquela indicada no ato declaratório de interesse social, o bem expropriado é utilizado para realização de outra finalidade pública, configurando-se, assim, a chamada trespasseio lícita;

d) () os juros moratórios, tanto na desapropriação direta como na desapropriação indireta se contam desde o trânsito em julgado da sentença.

12. ASSINALE A ALTERNATIVA CORRETA:

a) () os atos de improbidade administrativa sujeitam o infrator apenas às sanções decorrentes do processo criminal quando houver coincidência entre o tipo penal e o tipo descrito na Lei 8.429/92 (Lei de Improbidade), sob pena de configuração de *bis in idem*;

b) () ante a natureza e a gravidade das sanções previstas em lei, os atos de improbidade só são puníveis a título de dolo, inexistindo possibilidade de responsabilização com base em culpa em sentido estrito;

c) () a sanção de suspensão de direitos políticos prevista na Lei 8.429/92 é incompatível com a Constituição da República, uma vez que esta não admite a "morte cívica" do cidadão;

d) () a medida de indisponibilidade de bens prevista na Lei de Improbidade possui natureza cautelar, tendo por escopo assegurar a reparação do dano ao erário.

13. LEIA ATENTAMENTE OS ITENS ABAIXO E RESPONDA A SEGUIR:

I – A *teoria do fato do príncipe* baseia-se na álea administrativa, tendo por características a imprevisibilidade e a extracontratualidade. Ocasiona desequilíbrio na equação econômico-financeira do contrato administrativo, gerando para o particular direito a revisão do preço pactuado com a administração.

II – A concessão de serviço público precedida de execução de obra pública destina-se à construção, conservação, reforma, ampliação ou melhoramento de obras de interesse público, delegada pelo poder concedente mediante licitação, na modalidade de

GRUPO I

concorrência, a pessoas jurídicas ou consórcio de empresas, sendo indispensável a estipulação de cronogramas físico-financeiros de execução das obras vinculadas à concessão.

III – Consoante a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, extinto o contrato de concessão de serviço público pelo advento do termo contratual, o Poder Público deve assumir imediatamente a prestação do serviço até que se realize nova licitação, em nome da continuidade do serviço público, independentemente do pagamento prévio de qualquer indenização referente a bens reversíveis não amortizados ou depreciados.

IV – A encampação constitui modalidade de extinção de concessão e permissão de serviço público, pela qual a Administração, em nome do interesse público, promove a retomada da execução do serviço anteriormente delegado, durante o prazo da concessão ou da permissão.

Pode-se afirmar que:

- a) () o item I está correto e o item III está errado;
- b) () somente os itens II e III estão corretos;
- c) () somente os itens II e IV estão corretos;
- d) () todos os itens estão corretos.

14. ANALISE AS SEGUINTESS ASSERTIVAS E RESPONDA A SEGUIR:

I - O Procurador dos Direitos do Cidadão age em defesa de direitos constitucionais do cidadão, de ofício ou mediante provocação, cabendo-lhe notificar o responsável pela violação para que adote providências tendentes à cessação do desrespeito verificado, sob pena de representar ao poder ou à autoridade competente, a fim de promover a responsabilidade pela ação ou omissão inconstitucionais.

II - De acordo com o regramento constitucional em vigor, a vitaliciedade do membro do Ministério Público Federal é adquirida após três anos de efetivo exercício do cargo de procurador da República.

III - Durante o estágio probatório, o procurador da República somente poderá perder o cargo por decisão do Procurador-Geral da República, a qual pode ser revista, no plano administrativo, pelo Conselho Superior do Ministério Público Federal, ou, na via judicial, pelo Supremo Tribunal Federal.

IV - Considerando o papel de *ombudsman* a ser desempenhado, com interlocução direta e permanente com setores da administração pública e da sociedade civil, a indicação para o exercício da função de Procurador Federal dos Direitos do Cidadão, feita pelo Procurador-Geral da República, está sujeita a prévia aprovação do Senado Federal.

Pode-se afirmar que:

- a) () somente o item I está correto.
- b) () somente o item II está incorreto.
- c) () somente os itens I e II estão corretos.
- d) () todos os itens estão corretos.

15. ANALISE OS ITENS ABAIXO E RESPONDA EM SEGUIDA:

I - Consoante a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, as disposições constitucionais que vedam tratamento discriminatório em razão da idade, para efeito de acesso ao serviço público, não são dotadas de valor absoluto, podendo a Administração instituir, com base em lei, limites etários, quando isso puder ser justificado pela natureza das funções inerentes ao cargo público.

II - De acordo com a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, os titulares de registros e ofícios de notas exercem atividade pública em regime de delegação do Estado, razão pela qual estão submetidos à regra constitucional da aposentadoria compulsória aos setenta anos de idade.

III - O livre provimento de cargos em comissão encontra limite constitucional no princípio da moralidade administrativa, razão pela qual, consoante a jurisprudência dominante do STF, é vedada a nomeação de cônjuge ou parente até o terceiro grau, inclusive, da autoridade nomeante para o exercício de cargo em comissão ou função gratificada no âmbito da administração direta e indireta em qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

IV - A vitaliciedade de magistrado de órgão judiciário de segundo grau, que ali ingressa pelo quinto constitucional reservado à advocacia, é adquirida com a posse; a partir daí, a perda do cargo somente pode ocorrer por decisão judicial transitada em julgado ou por decisão da maioria de dois terços do Conselho Nacional de Justiça.

GRUPO I

- a) () são falsos os itens II e III.
- b) () são verdadeiros os itens I, III e IV.
- c) () são falsos os itens II e IV.
- d) () são falsos os itens I e IV.

16. ANALISE OS ITENS ABAIXO E RESPONDA EM SEGUIDA:

I - Nos termos da Constituição da República, a Floresta Amazônica constitui patrimônio nacional, sendo, pois, bem público de uso comum do povo, integrante do patrimônio da União, cuja utilização por particulares está sujeita a regime especial de fruição, de modo a assegurar a proteção do meio ambiente e o equilíbrio sustentável, em benefício das presentes e futuras gerações.

II - Zona de amortecimento é o entorno de uma unidade de conservação onde atividades humanas sujeitam-se a normas e restrições específicas, com o propósito de minimizar impactos negativos sobre a unidade, não se exigindo tal delimitação em relação a áreas de proteção ambiental e reservas particulares do patrimônio natural.

III - De acordo com a legislação infraconstitucional, uma unidade de conservação de uso sustentável pode ser transformada em unidade de conservação de proteção integral por instrumento normativo do mesmo nível hierárquico do que criou a unidade, devendo ser realizada, antes, consulta pública.

IV - A perpetuidade constitui característica da reserva particular do patrimônio natural - RPPN, devendo constar de termo de compromisso firmado pelo proprietário da área, perante o órgão ambiental, e averbado à margem da inscrição no Registro de Imóveis.

Pode-se afirmar que:

- a) () todos os itens estão corretos.
- b) () somente os itens II e III estão corretos.
- c) () somente o item I está incorreto.
- d) () somente os itens II e IV estão incorretos.

17. ANALISE OS ITENS ABAIXO E RESPONDA EM SEGUIDA:

I - Os espaços territoriais especialmente protegidos estão submetidos a regime específico de fruição e de modificabilidade, só podendo sofrer alterações em

seu regime jurídico por força de resolução do CONAMA, vedada qualquer utilização capaz de comprometer a integridade dos atributos legitimadores de sua proteção.

II - O Superior Tribunal de Justiça sedimentou entendimento no sentido de que a obrigação de recompor área de reserva legal adere ao título de domínio ou posse, sendo, pois, do atual titular de imóvel rural, independentemente de ter sido ele o responsável, ou não, pelo desmatamento.

III - A reserva extrativista é uma categoria de unidade de conservação de uso sustentável, utilizada por populações tradicionais, com subsistência baseada no extrativismo, cuja regularização enseja a atribuição, pelo poder público, de título de propriedade coletiva aos membros da comunidade nela existente.

IV - Nas unidades de conservação de proteção integral só se admite a presença de pessoas quando for estritamente necessário ao desenvolvimento de atividades de fiscalização com vistas a assegurar o atendimento das finalidades de preservação dos ecossistemas.

Pode-se afirmar que:

- a) () somente o item I está errado.
- b) () os itens II e III estão corretos.
- c) () os itens III e IV estão errados.
- d) () somente o item IV está errado.

18. EM RELAÇÃO À PROTEÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL, ANALISE AS ASSERTIVAS ABAIXO E RESPONDA EM SEGUIDA:

I - A Constituição Federal em vigor apresenta nítida ampliação da concepção de patrimônio cultural, valorizando a pluralidade cultural, num contexto de busca de concretização de cidadania e de direitos culturais.

II - O multiculturalismo se faz presente nos dispositivos constitucionais que tratam da proteção da cultura, a exemplo da previsão concernente à obrigação do Estado de proteger as manifestações culturais dos diferentes grupos sociais e étnicos, incluindo indígenas e afro-brasileiros, que formam a sociedade brasileira.

III - A deterioração de bem cultural protegido por força de decisão judicial transitada em julgado constitui infração administrativa, sujeitando o infrator

GRUPO I

a sanção imposta pela Administração, independentemente da obrigação de reparar o dano causado.

IV - A Constituição Federal realiza, direta e expressamente, o tombamento de documentos e sítios detentores de reminiscências históricas de antigos quilombos.

Pode-se afirmar que:

- a) () somente os itens I e II estão corretos;
- b) () os itens III e IV estão incorretos;
- c) () somente o item III está incorreto;
- d) () todos os itens estão corretos.

19. ASSINALE A ALTERNATIVA INCORRETA:

a) () a proteção dos recursos naturais necessários à subsistência física e cultural de populações tradicionais é um dos objetivos do Sistema Nacional de Unidades de Conservação, constituindo traço característico do socioambientalismo brasileiro;

b) () a fauna silvestre constitui bem de domínio público, impondo-se ao poder público adotar medidas de controle de atividades de caça, sendo admissíveis, desde que mediante prévia outorga administrativa, a caça de controle, a caça científica e a caça profissional;

c) () antes da realização de concessões florestais, as florestas públicas ocupadas ou utilizadas por comunidades tradicionais serão identificadas para destinação por meio de reservas extrativistas e reservas de desenvolvimento sustentável;

d) () independentemente das medidas de tutela estatal sobre a fauna silvestre e do consentimento do poder público em relação a atividades de caça previstas em lei, a utilização, perseguição, caça ou apanha de espécies da fauna silvestre podem ser proibidas em terras de domínio privado, por ato de seus respectivos titulares, cabendo a estes a adoção de medidas de fiscalização de seus domínios.

20. ANALISE OS ITENS ABAIXO E RESPONDA EM SEGUIDA:

I - Somente a União tem competência para instituir unidades de conservação da categoria *parque*.

II - É comum a todas as pessoas políticas, com exceção dos municípios, a competência para proteger bens de valor histórico, artístico e cultural,

haja vista a abrangência da expressão "patrimônio cultural brasileiro".

III - Os aquíferos subterrâneos formados pela ação da natureza constituem bens de domínio público federal, cujo aproveitamento econômico depende da outorga de declaração de reserva de disponibilidade hídrica, a cargo da Agência Nacional de Águas.

IV - Consoante jurisprudência do STF, os estados federados, no exercício de sua competência concorrente para legislar sobre fauna, podem regular práticas esportivas envolvendo aves de raças combatentes, desde que o poder público vistorie e autorize os locais destinados às atividades e que médico veterinário ateste as condições de saúde dos animais que participarão dos eventos, sendo vedado, porém, submetê-los a disputas que culminem com sua morte.

Pode-se afirmar que:

- a) () somente o item III está correto.
- b) () somente o item IV está incorreto.
- c) () somente os itens I e III estão corretos.
- d) () todos os itens estão incorretos.

21. A VERBA REPASSADA AO MUNICÍPIO, A TÍTULO DE FUNDO DE PARTICIPAÇÃO DOS MUNICÍPIOS, CARACTERIZA-SE COMO:

- a) () receita corrente;
- b) () receita de capital;
- c) () receita originária;
- d) () participação no produto de impostos de receita partilhada.

22. NO QUE SE REFERE ÀS CONTRIBUIÇÕES DE SEGURIDADE SOCIAL, IMPÕE-SE AFIRMAR:

- a) () obedecem ao princípio da anterioridade, não podendo ser cobradas no mesmo exercício em que instituídas;
- b) () podem ser criadas pela União, mediante lei ordinária, desde que tenham fato gerador e base de cálculo diversos daqueles definidos para as contribuições já vigentes;

GRUPO I

c) () cabendo a órgão da administração direta da União a cobrança de todas as contribuições especiais, perderam elas sua natureza jurídica de contribuição, caracterizando-se como imposto cujo produto tem destinação vinculada;

d) () submetem-se ao princípio da anterioridade mitigada, a nonagesimal, podendo ser cobradas no mesmo exercício em que criadas.

23. ASSINALE A ALTERNATIVA CORRETA:

a) () o Tribunal de Contas da União, no exercício das atribuições de julgar as contas dos gestores públicos, exerce, excepcionalmente, atividade jurisdicional própria do Poder Judiciário, tanto que a Súmula 347 do STF prescreve que a Corte de Contas "pode apreciar a constitucionalidade das leis e atos do Poder Público";

b) () enquanto coadjuvante do Congresso Nacional, no controle externo, o parecer prévio do Tribunal de Contas da União sobre as contas anuais prestadas pelo Presidente da República, é vinculativo para a deliberação do Parlamento;

c) () compete ao Tribunal de Contas da União aplicar aos responsáveis, em caso de ilegalidade de despesa ou irregularidade de contas, as sanções previstas em lei, inclusive promovendo, com o concurso do Ministério Público integrante da sua estrutura, a cobrança de valores apurados contra os gestores públicos ímprobos;

d) () a Carta da República prevê os mecanismos de controles interno, externo e privado para efetivar a fiscalização da correta execução orçamentária.

24. INDIQUE A ALÍNEA CUJO ENUNCIADO CONTEMPLA EXCEÇÃO AO PRINCÍPIO DA LEGALIDADE:

a) () a delegação, por lei, ao Poder Executivo, da faculdade de imposição de encargos fiscais;

b) () quando o tipo tributário, descrição material da exação, não encerrar um conceito fechado, é facultado ao Poder Executivo, no exercício da competência regulamentar que lhe é própria, agregar-lhe alguns componentes;

c) () atualização do valor monetário da base de cálculo do tributo;

d) () redução do ICMS – monofásico incidente sobre combustíveis definidos em lei complementar por ato do titular do Poder Executivo Estadual.

25. AS IMUNIDADES TRIBUTÁRIAS DE QUE TRATA O ART. 150, INCISO VI, DA CONSTITUIÇÃO:

a) () abrangem também propriedades não afetadas ao culto como forma de incentivar as manifestações religiosas, não embaraçar o funcionamento das entidades religiosas e, sobretudo, assegurar a liberdade de culto, direito individual expressamente consagrado na Lei Magna (art. 5º, VI);

b) () abrangem as empresas públicas e sociedades de economia mista prestadores de serviços públicos de prestação obrigatória e exclusiva do Estado;

c) () para incidirem deve-se levar em conta a natureza da renda;

d) () alcançam não só os impostos, mas também as contribuições, porquanto constituindo garantias não podem ter diminuído o seu alcance.

26. DE ACORDO COM O ART. 169 DA CONSTITUIÇÃO, COMPETE À LEI COMPLEMENTAR DEFINIR OS LIMITES PARA A DESPESA COM PESSOAL ATIVO E INATIVO DOS ENTES POLÍTICOS. A LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL FIXOU PERCENTUAIS DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA A SEREM OBSERVADOS PELA UNIÃO, ESTADOS E MUNICÍPIOS, NA REALIZAÇÃO DAS SUAS DESPESAS NO TÓPICO PESSOAL. NESSE CONTEXTO, INDIQUE A ALTERNATIVA CORRETA:

a) () do teto estabelecido para despesa com pessoal não se exclui nenhuma parcela;

b) () na hipótese de os limites de despesas de pessoal serem ultrapassados, o ente federado corrigirá o excesso no exercício seguinte, abatendo-se da previsão orçamentária;

c) () a unidade federativa, se extrapolados os limites de despesa de pessoal, fica impedida de contratar operações de crédito, salvo se para refinanciar a dívida ou promover a redução de despesa de pessoal;

d) () extrapolado o limite fixado para despesa de pessoal é facultado ao ente estatal proceder à transferência de recursos de uma categoria de

GRUPO I

programação para outra, mediante ato da autoridade administrativa.

27. AS CONTRIBUIÇÕES INTERVENTIVAS, CORPORATIVAS E AS DE SEGURIDADE SOCIAL (CF, ART. 149), DETENDO NATUREZA TRIBUTÁRIA, DEVERÃO OBSERVAR, PARA SUA INSTITUIÇÃO, OS PRINCÍPIOS QUE INFORMAM O REGIME JURÍDICO TRIBUTÁRIO. NESSA LINHA, PODE-SE AFIRMAR CORRETAMENTE QUE A CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE LUCRO LÍQUIDO (CSLL):

- a) é uma taxa especial qualificada pela finalidade;
- b) constitui *bis in idem* porquanto a hipótese de incidência, em sua materialidade, coincide com a do imposto sobre a renda;
- c) a imunidade prevista no art. 149, § 2º, I, da Lei Maior, não alcança a Contribuição Social sobre Lucro Líquido (CSLL) à vista da destinação ontológica entre os conceitos de lucro e receita;
- d) a sua instituição caracteriza-se como bitributação.

28. ASSINALE A ALÍNEA CERTA:

- a) o imposto de renda, de finalidade preponderantemente fiscal, não se submete ao princípio da noventena;
- b) o ICMS e o IPI, por serem tributos indiretos, não comportam transferência do encargo financeiro;
- c) o sujeito ativo do ICMS devido nas operações de importação pode ser ou o ente federado em que localizado o real destinatário jurídico da mercadoria ou o Estado diverso do destinatário final, mediante transferência do bem importado com "escala", chamada importação indireta;
- d) a Constituição Federal veda a concessão de isenções heterônomas.

29. INDIQUE A ALTERNATIVA CORRETA:

- a) com o pagamento, no lançamento por homologação, pode ser considerado definitivamente extinto o crédito tributário;

b) se não houver antecipação de pagamento, não há falar-se em lançamento por homologação, mas, sim, falar-se lançamento de ofício;

c) o pagamento de débito tributário prescrito não propicia direito à restituição conquanto houvesse perecido a ação, permanece íntegro o direito material subjacente;

d) é admissível o benefício da denúncia espontânea no caso de tributo sujeito a lançamento por homologação quando o contribuinte, declarada a dívida, efetua o pagamento, embora a destempo.

30. AS ISENÇÕES, INTEGRANDO O SISTEMA CONSTITUCIONAL TRIBUTÁRIO BRASILEIRO, SE SUBORDINAM AOS PRINCÍPIOS QUE O INFORMAM, E ASSIM É CERTO ASSEVERAR QUE:

a) a lei ordinária que reduz uma isenção tem aplicação imediata no mesmo exercício de sua entrada em vigor;

b) revogada a lei isentiva, a primitiva lei tributária voltará a vigorar porque, na hipótese, ocorre o efeito repristinatório;

c) os Estados e o Distrito Federal, objetivando criar isenções de ICMS, firmam entre si, por seus executivos, convênios, celebrados no Conselho Nacional de Política Fazendária – CONFAZ, a serem ratificados por ato do governador de cada uma das unidades federativas;

d) lei que institui isenção de todos os tributos federais, se explicitamente não diz que se aplica às taxas e contribuições de melhoria, deve-se entender que a isenção não abrange estas espécies tributárias.

GRUPO II

DIREITO INTERNACIONAL PÚBLICO

DIREITO INTERNACIONAL PRIVADO

PROTEÇÃO INTERNACIONAL DOS DIREITOS HUMANOS

31. O DIREITO À LEGÍTIMA DEFESA, DE ACORDO COM O ART. 51 DA CARTA DA ONU,

- a) () pode ser exercido preventivamente;
- b) () só pode ser exercido quando o Estado é atacado;
- c) () não comporta limitação pelo Conselho de Segurança, pois é um direito "inerente";
- d) () é objeto do direito internacional humanitário.

32. QUANDO UM ESTADO FAZ RESERVA A CLÁUSULA DE TRATADO,

- a) () está diferindo sua entrada em vigor;
- b) () está declarando que não quer se vincular a esta cláusula;
- c) () tem que contar com aquiescência de todas as demais partes do tratado com a reserva, para tornar-se parte deste;
- d) () está exercendo um direito soberano que é inerente à adesão a todo tratado.

33. SEGUNDO O ESBOÇO DE ARTIGOS SOBRE RESPONSABILIDADE DE ESTADOS POR ATOS ILÍCITOS INTERNACIONAIS DA COMISSÃO DE DIREITO INTERNACIONAL DA ONU ("DRAFT ARTICLES"), NA VERSÃO DE 2001,

- a) () as obrigações secundárias substituem as primárias, na hipótese de violação destas últimas;
- b) () as obrigações secundárias serão sempre impostas por contramedidas;
- c) () as obrigações secundárias se justapõem às primárias;
- d) () a responsabilidade internacional do Estado só pode ser imputada a este quando o ato ilícito for praticado por seu agente.

34. NA GUERRA CONTRA O TERROR,

- a) () denomina-se "combatente ilegal" aquele que, a despeito de coberto pelas Convenções de Genebra de 1949 e por seus protocolos em sua atuação bélica, não carrega sua arma abertamente;

b) () tem aplicação o art. 51 da Carta da ONU, conforme previsto na Resolução n.º 1368, de 2001, de seu Conselho de Segurança;

c) () sugere-se aos Estados criminalizar qualquer tipo de apoio a grupos terroristas, nos termos da Resolução n.º 1373, de 2001, do Conselho de Segurança da ONU;

d) () "combatentes ilegais" têm estatuto normativo próprio.

35. SEGUNDO A CORTE INTERNACIONAL DE JUSTIÇA (CASO YERODIA – REPÚBLICA DEMOCRÁTICA DO CONGO V. REINO DA BÉLGICA), A IMUNIDADE DE MINISTRO DE ESTADO DAS RELAÇÕES EXTERIORES,

- a) () é relativa e só vale para viagens a serviço;
- b) () é relativa e não prevalece para o crime de genocídio;
- c) () é absoluta e se equipara à imunidade diplomática;
- d) () é absoluta, mas não se equipara à imunidade diplomática.

36. A IMUNIDADE DE EX-CHEFE DE ESTADO, NO MARCÔ DO CASO PINOCHET (REGINA v. EVANS AND ANOTHER AND THE COMMISSIONER OF POLICE FOR THE METROPOLIS AND OTHERS EX PARTE PINOCHET – REINO UNIDO, CASA DOS LORDES, 1999),

- a) () vale para atos da vida pública e da vida privada praticados ao tempo da investidura;
- b) () não vale para atos de Estado que configuram ilícitos *de jus cogens*;
- c) () vale somente para atos de Estado, inclusive os que configuram ilícitos internacionais;
- d) () vale somente para atos de Estado, dentre estes não se incluindo crimes de direito internacional.

37. A JURISDIÇÃO DO TRIBUNAL PENAL INTERNACIONAL É DESENCADEADA ("TRIGGER") PELO PRINCÍPIO DA COMPLEMENTARIDADE, SEGUNDO O QUAL

GRUPO II

a) () a jurisdição somente incide nas hipóteses em que o Estado-Parte do Estatuto de Roma falha na persecução penal de crime da competência material do tribunal, por incapacidade efetiva ou falta de vontade para a promover;

b) () o procurador do tribunal é independente e não pode ser impedido de iniciar uma investigação, sempre que constatar a falta de vontade ou a incapacidade efetiva de um Estado-Parte do Estatuto de Roma de promover a persecução penal de crime da competência material do tribunal;

c) () a admissibilidade de caso depende da falha na persecução penal doméstica de crime da competência material do tribunal, por incapacidade efetiva ou falta de vontade do Estado com jurisdição sobre o mesmo;

d) () o tribunal tem primazia na persecução penal de crime de sua competência material, sem prejuízo da jurisdição dos Estados-Parte.

38. A ASSINATURA DE UM TRATADO SOB RESERVA DE RATIFICAÇÃO, SEGUNDO A CONVENÇÃO DE VIENA SOBRE O DIREITO DOS TRATADOS DE 1969:

a) () é ato de solenidade política, sem consequência jurídica;

b) () apenas indica o término da negociação;

c) () encerra compromisso de boa fé, porque Estados não podem praticar atos que inviabilizem a ratificação posterior do tratado;

d) () não veda a governos que recomendem ao parlamento, incontinentemente, a rejeição do tratado, como o fez o então Presidente Bill Clinton, ao recomendar a rejeição do Estado de Roma.

39. NA LINHA DE RACIOCÍNIO DA DECISÃO ARBITRAL INTERNACIONAL NO CASO DA ILHA DE PALMAS (ISLAND OF PALMAS ARBITRATION CASE, EEUU v. PAÍSES BAIXOS, 1928),

a) () a descoberta territorial é título aquisitivo mais forte do que ocupação pacífica e inconteste posterior;

b) () a descoberta territorial conferé ao descobridor posse definitiva do território descoberto, por se tratar de *res nullius* e, assim, apropriável por quem o achar;

c) () a ocupação pacífica e inconteste por lapso de tempo expressivo é título de aquisição territorial mais forte do que a descoberta;

d) () a ocupação pacífica e inconteste por lapso de tempo expressivo é título de aquisição territorial que equivale ao da descoberta.

40. OS AGENTES CONSULARES, NO DIREITO CONSULAR CONTEMPORÂNEO,

a) () gozam de imunidade plena, equiparável à dos diplomatas;

b) () gozam de imunidade quanto aos atos oficiais, dentro da jurisdição consular;

c) () têm que ser recrutados entre agentes da carreira diplomática;

d) () não gozam de imunidade pessoal, ainda que exerçam funções consulares em seção respectiva de missão diplomática.

41. NA ASSISTÊNCIA JURÍDICA MÚTUA EM MATÉRIA PENAL, A REPARTIÇÃO DE ATIVOS RELACIONADOS A ATIVIDADE CRIMINOSA ("ASSET SHARING")

a) () é vedada para os ativos relacionados à apropriação ilícita de fundos públicos;

b) () é estimulada pela Convenção de Palermo;

c) () é permitida somente para ativos decorrentes do tráfico de entorpecentes;

d) () depende de autorização do Senado Federal, quando se tratar de ativos relacionados à apropriação ilícita de fundos públicos.

42. A CHAMADA "CLÁUSULA CALVO" (ASSIM DESIGNADA EM HOMENAGEM A JURISTA ARGENTINO), USUAL EM CONTRATOS INTERNACIONAIS DE CONCESSÃO DE ESTADOS SUL E CENTRO-AMERICANOS COM EMPRESAS ESTRANGEIRAS,

a) () estipula que os investimentos de empresas estrangeiras não poderão ser retirados do território do Estado que as contratar;

b) () é o mesmo que cláusula de estabilização contratual;

c) () visa a afastar o direito de outros Estados à proteção de seus nacionais e das empresas de sua nacionalidade em tudo que decorrer da aplicação do contrato;

d) () visa a afastar pleitos de indenização por danos decorrentes de investimentos desvantajosos no âmbito do contrato.

GRUPO II

43. NA ASSISTÊNCIA JURÍDICA RECÍPROCA EM MATÉRIA PENAL, A RESERVA DE ESPECIALIDADE

a) () é prática amplamente disseminada, implicando o poder de todos os Estados de proibir o uso de informações e provas por eles fornecidas, quando entendam que o caso específico é lesivo a seus interesses;

b) () é prática adotada por muitos Estados, consistente na indicação dos crimes para cuja persecução podem ser usadas as informações ou provas por eles fornecidas;

c) () é prática em extinção no direito internacional, consistente em arrolar, nos acordos bilaterais, os crimes a que a assistência se restringe;

d) () é prática adotada por todos os Estados, que equivale ao princípio da isenção de crimes políticos no direito extradicional.

44. NO DIREITO CONSTITUCIONAL BRASILEIRO, A POLIPATRIA

a) () é vedada e sujeita, aquele que a detém, a perda de nacionalidade;

b) () é permitida excepcionalmente para aquele que detém dupla nacionalidade originária;

c) () é permitida, apenas, para portugueses, nos termos do Estatuto da Igualdade;

d) () não tem marco normativo expresso.

45. NOS TERMOS DA RESOLUÇÃO N.º 9/2005 DO STJ, A CARTA ROGATÓRIA

a) () não pode ter por objeto ato executório;

b) () não comporta execução de medida sem audiência prévia da parte interessada, em homenagem ao princípio da ampla defesa;

c) () terá seu exequatur concedido pelo Presidente, cabendo agravo regimental de sua decisão;

d) () pode ser substituída pelo auxílio direto, quando ensejar juízo de delibação.

46. O EXERCÍCIO DE JURISDIÇÃO PENAL ESTATAL, NO DIREITO INTERNACIONAL,

a) () é, de regra, livre e só excepcionalmente limitado, como é o caso de imunidades, cabendo ao Estado que se opuser a esse exercício o ônus da prova sobre a limitação;

b) () é preferencialmente determinado pela territorialidade, sendo-lhe complementar a jurisdição extraterritorial;

c) () sofre limitações, no tocante à jurisdição universal, que só pode ser exercida quando o Estado detém o jurisdicionado;

d) () sofre limitações, no tocante ao princípio do sujeito passivo, que deve ser articulado com o princípio protetivo, como no caso brasileiro.

47. A CONVENÇÃO DA HAIA SOBRE OS ASPECTOS CIVIS DO SEQUESTRO INTERNACIONAL DE CRIANÇAS, DE 1980 TEM POR AUTORIDADE CENTRAL NO BRASIL E POR JUSTIÇA COMPETENTE PARA EXECUÇÃO DE SUAS MEDIDAS, RESPECTIVAMENTE:

a) () a Autoridade Administrativa Central da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República e a Justiça Federal;

b) () o Departamento de Recuperação de Ativos e Cooperação Internacional do Ministério da Justiça e as Justiças federal e estadual, conforme o caso;

c) () a Procuradoria Geral da República e as Justiças federal e estadual, conforme o caso;

d) () a Procuradoria Geral da República e a Justiça Federal.

48. EM CASO DE EMERGÊNCIA QUE AMEAÇA A VIDA DE UMA NAÇÃO, O DIREITO INTERNACIONAL DOS DIREITOS HUMANOS PERMITE A DERROGAÇÃO DE DIREITOS, CONTANTO QUE

a) () o Estado garanta o amplo acesso à Justiça, para a hipótese de grave lesão de direitos fundamentais;

b) () o Estado garanta alguns direitos fundamentais inderrogáveis, como o direito à vida, a proibição da tortura e da escravidão, a liberdade de crença e consciência e os meios ("remedies") para proteger esses direitos;

c) () o Estado dê aviso prévio da derrogação, que pode afetar qualquer direito apenas pelo tempo necessário para debelar a emergência;

d) () o Estado se restrinja a suspender somente as garantias que possam interferir com a formação da opinião pública e apenas pelo tempo necessário para debelar a emergência.

GRUPO II

49. A EXPRESSÃO "TORTURA OU PENAS OU TRATOS CRUÉIS, DESUMANOS OU DEGRADANTES", USUAL NA DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS (ART. 5.º), NA CONVENÇÃO EUROPEIA DE DIREITOS HUMANOS (ART. 3.º, SEM USO DO TERMO "CRUÉIS"), NO PACTO INTERNACIONAL DE DIREITOS CIVIS E POLÍTICOS (ART. 7.º) E NA CONVENÇÃO AMERICANA DE DIREITOS HUMANOS (ART. 5.º, PARA. 2.º)

a) () deve ser interpretada de forma integrada, sem que o significado de seus termos seja tomado isoladamente;

b) () foi desmembrada em seus diversos termos no caso irlandês (*Irish Case*, Corte Europeia de Direitos Humanos, 1977), para separar o conceito de tortura do conceito de outros maus tratos;

c) () não foi acolhida pela Convenção da ONU contra a Tortura de 1984, porque ali só se cuida de obrigações dos Estados-Partes no tocante à prevenção e repressão da tortura e não de outros maus tratos;

d) () deve ser interpretada de modo restritivo, de modo a não incluir a violência no espaço privado.

50. NA FAZENDA BELMONTE, NO MUNICÍPIO DE ALTA VÁRZEA, EM ALGUM ESTADO DA AMAZÔNIA LEGAL, O FAZENDEIRO MAURÍCIO EMPREGA QUARENTA E DOIS EMPREGADOS RURAIS, RECRUTADOS POR 'GATOS' NO NORDESTE DO BRASIL E DESPIDOS DE SUA DOCUMENTAÇÃO PESSOAL, INCLUSIVE CARTEIRA DE TRABALHO, QUE ENTREGARAM PARA EFEITO DE REGISTRO DE EMPREGADO, MAS NUNCA LHEIS FOI DEVOLVIDA. OS EMPREGADOS RECEBEM 100 REAIS SEMANALMENTE E TÊM QUE PROVER SUA EXISTÊNCIA ATRAVÉS DA COMPRA DE VÍVERES NO BARRACÃO DA FAZENDA, DE PROPRIEDADE DO FAZENDEIRO. COMO O DINHEIRO NÃO É SUFICIENTE PARA COBRIREM SUAS NECESSIDADES E O CUSTO DOS PRODUTOS NO BARRACÃO SOBE A CADA SEMANA, TODOS ESTÃO ENDIVIDADOS, SENDO O DEÉBITO DESCOTADO DOS GANHOS SEMANAIS. MUITOS NÃO RECEBEM NADA E CONTINUAM A DEVER. PEDRO, UM DOS EMPREGADOS, TENTOU FUGIR DA FAZENDA E FOI BALEADO POR JAGUNÇOS. DEPOIS FOI GRAVEMENTE ESPANCADO EM FRENTE DOS COMPANHEIROS, PARA DEIXAR CLARO QUE 'O CABRA QUE FOGUE SEM PAGAR, PASSARÁ POR ISSO', SEGUNDO O ADMINISTRADOR DA FAZENDA.

a) () O fato descrito é caso típico de servidão, sendo a atribuição tutelar confinada ao Ministério Público do Trabalho e ao Ministério Público estadual;

b) () O fato descrito é caso típico de servidão por dívida, com consequências para a atuação do Ministério Público do Trabalho e do Ministério Público Federal;

c) () O fato descrito é caso típico de escravidão na forma da Convenção sobre a Escravatura de 1926, atraindo a atribuição do Ministério Público Federal;

d) () O fato não configura escravidão, mas grave violação de direitos trabalhistas, sujeita à atuação repressiva da Delegacia Regional do Trabalho.

51. O PRINCÍPIO DE ESGOTAMENTO PRÉVIO DOS RECURSOS DOMÉSTICOS, NO DIREITO INTERNACIONAL DOS DIREITOS HUMANOS,

a) () é pressuposto indispensável para peticionar a órgãos de monitoramento dos tratados de direitos humanos;

b) () é pressuposto dispensável, no sistema interamericano, para as comunicações estatais;

c) () é pressuposto indispensável, mesmo que a violação apontada seja parte de ampla prática administrativa;

d) () é pressuposto dispensável, se demonstrado que os recursos domésticos são indisponíveis ou ineficientes.

52. O DEVER DE ESTADOS COOPERAREM COM OS TRIBUNAIS INTERNACIONAIS PENAIIS PARA A EX-IUGOSLÁVIA E RUANDA DECORRE FORMALMENTE:

a) () de acordos de sede celebrados com os diversos Estados interessados;

b) () do princípio do dever de cooperar, de direito consuetudinário internacional, expresso na Resolução da Assembleia-Geral da ONU n.º 2625, de 1970;

c) () de regra costumeira expressa na máxima "*aut dedere, aut judicare*";

d) () das resoluções do Conselho de Segurança que os estabeleceram, vinculantes por força do art. 25 da Carta da ONU.

GRUPO II

53. OS CRIMES CONTRA A HUMANIDADE, NA DEFINIÇÃO CONSUETUDINÁRIA,

- a) () só podem ser praticados no contexto de conflito armado;
- b) () prescindem o contexto de conflito armado;
- c) () são praticados no contexto de um ataque extenso e sistemático à população civil;
- d) () compreendem o crime de genocídio.

54. O DIREITO À AUTODETERMINAÇÃO DOS POVOS

- a) () é mera retórica política, uma vez que o direito internacional só reconhece a autodeterminação dos povos como princípio (art. 1º, para. 2º, da Carta da ONU) e não como direito;
- b) () se aplica indistintamente a povos sob jugo colonial e aos povos indígenas;
- c) () consolidou-se, como direito, a partir da Resolução n.º 2625, de 1970, da Assembleia-Geral da ONU;
- d) () integra os direitos civis e políticos e os direitos econômicos, sociais e culturais, por força dos Pactos Internacionais respectivos, de 1966.

55. "EFICÁCIA HORIZONTAL", NO ÂMBITO DA PROTEÇÃO INTERNACIONAL DE DIREITOS HUMANOS,

- a) () tem o mesmo significado de "Drittwirkung";
- b) () se aplica à tortura como grave violação de direitos humanos no marco da Convenção da ONU contra a Tortura de 1984;
- c) () não se aplica ao trabalho escravo no marco da Convenção sobre a Escravatura de 1926;
- d) () só se aplica à garantia de direitos humanos no âmbito do espaço público.

56. ENTENDE-SE POR PRINCÍPIO DE NON-RÉFOULEMENT, EM ACEPÇÃO MAIS AMPLA,

- a) () a proibição de deportar refugiado para lugar onde corre risco de vida;
- b) () a proibição, para Estados, de retirada de estrangeiro de seu território, quando este corre risco de perseguição política;

c) () a proibição, para Estados, de devolver estrangeiro a lugar onde sua vida ou liberdade estão ameaçadas;

d) () a proibição de extradição de refugiado para Estado que possa vir a torturá-lo.

57. NO TOCANTE À DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS, É CORRETO DIZER QUE

- a) () é composta integralmente de normas de direito imperativo internacional (*jus cogens*);
- b) () não é formalmente vinculante, mas é indicativo de amplo consenso internacional, integrando o chamado *soft law*;
- c) () é formalmente vinculante como direito costumeiro internacional;
- d) () é expressão da universalidade cultural, sendo seus preceitos aceitos em todas as culturas.

58. O ART. 1.º, PARA. 3.º, DA CARTA DA ONU, AO ESTABELECEER, COMO FIM DA ORGANIZAÇÃO, A PROMOÇÃO E O ESTÍMULO DO "RESPEITO AOS DIREITOS HUMANOS E ÀS LIBERDADES FUNDAMENTAIS PARA TODOS, SEM DISTINÇÃO DE RAÇA, SEXO, LÍNGUA OU RELIGIÃO",

- a) () incorre em potencial colisão com o disposto no art. 2.º, para. 7.º, da Carta da ONU, que desautoriza a intervenção da organização "em assuntos que dependam essencialmente da jurisdição de qualquer Estado";
- b) () não incorre em colisão com o disposto no art. 2.º, para. 7.º, da Carta da ONU, porque a agenda de direitos humanos não depende essencialmente da jurisdição de qualquer Estado;
- c) () incorre em evidente colisão com o disposto no art. 2.º, para. 7.º, da Carta da ONU, mas esta fica afastada nas hipóteses de interseção da agenda de direitos humanos com a da segurança internacional;
- d) () não incorre em potencial colisão com o disposto no art. 2.º, para. 7.º, da Carta da ONU, porque, ainda que agenda de direitos humanos dependa essencialmente da jurisdição de qualquer Estado, o art. 1.º, para. 3.º, não estabelece, como fim, nenhuma ação interventiva, mas, sim, o diálogo político.

59. A CARTA DEMOCRÁTICA INTERAMERICANA, DE 2001, EXPRESSA CONSENSO REGIONAL SOBRE A DEMOCRACIA REPRESENTATIVA COMO FORMA DE GOVERNO COMPARTILHADA PELOS POVOS DAS AMÉRICAS E, NESSA QUALIDADE,

- a) () é apenas um documento de retórica política;
- b) () corresponde a diretriz de “*soft law*” regional;
- c) () é norma formalmente vinculante, porque se apoia na Carta da OEA;
- d) () é norma formalmente vinculante como costume regional.

60. A DECLARAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS SOBRE OS DIREITOS DOS POVOS INDÍGENAS, AO AFIRMAR O DIREITO À AUTODETERMINAÇÃO (ART. 3.º),

- a) () permite a secessão de nações indígenas, porque esse direito está afirmado na Resolução da Assembleia-Geral da ONU n.º 2625 (1970), segundo a qual o estabelecimento de Estado soberano e independente constitui “modo de implementação do direito à autodeterminação”;
- b) () não reconhece o direito à secessão, porque o direito à autodeterminação é mera retórica política;
- c) () vincula formalmente o Estado brasileiro que expressou voto favorável, podendo qualquer povo indígena, no Brasil, se valer da declaração para pedir intervenção externa, no caso de desrespeito aos direitos ali expressos;
- d) () não reconhece o direito à secessão e não vincula o Estado brasileiro, por se tratar de deliberação de órgão que não tem poder de vincular a ação de Estados.

GRUPO III

DIREITO ECONÔMICO E DIREITO DO CONSUMIDOR

DIREITO CIVIL

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

61. O CONCEITO DE "MERCADO RELEVANTE", USADO NO DIREITO CONCORRENCIAL:

a) () Faz referência à importância relativa de um mercado em comparação a outro, para efeito da imposição de sanção, como no caso do mercado de medicamentos, que é mais relevante do que o mercado de brinquedos, por exemplo.

b) () É utilizado para referir-se ao espaço geográfico onde determinada conduta possa causar impacto.

c) () É utilizado para referir-se ao tipo de produto ou de serviço que teria sido afetado pela prática de abuso de poder econômico sob investigação.

d) () As respostas b) e c) estão corretas.

62. A PRÁTICA ILÍCITA CONHECIDA COMO "VENDA-CASADA", PREVISTA TANTO NO ART. 21, XXIII, DA LEI ANTITRUSTE, COMO NO ART.39, I, DO CÓDIGO DO CONSUMIDOR:

a) () É rigorosamente o mesmo ilícito, podendo ser punida alternativamente por uma ou por outra Lei.

b) () É distinta em uma e outra lei, pois pressupõe abuso de poder de mercado, na Lei Antitruste, enquanto que não tem tal pressuposto no Código do Consumidor.

c) () É distinta em uma e outra lei, em função da competência distinta das autoridades incumbidas de investigar e punir.

d) () Nenhuma das alternativas acima está correta.

63. SE UMA EMPRESA, COM FATURAMENTO ANUAL ACIMA DE R\$ 400 MILHÕES, ADQUIRE UMA OUTRA EMPRESA:

a) () Essa operação deverá necessariamente ser submetida à aprovação do CADE.

b) () Essa operação somente deverá ser submetida ao CADE se a empresa adquirida for concorrente.

c) () Essa operação somente deverá ser submetida ao CADE se a empresa adquirida também tiver faturamento anual acima de R\$ 400 milhões.

d) () Essa operação pode ser realizada bastando ser autorizada previamente pelo Ministério Público Federal.

64. A COMPETÊNCIA DO CADE:

a) () Compreende o poder de decidir conflitos intersubjetivos de interesse entre concorrentes, envolvendo questões concorrenciais.

b) () Não compreende o poder de decidir quaisquer conflitos intersubjetivos de interesse entre concorrentes.

c) () Não se aplica aos entes públicos estaduais e municipais, pois o CADE é uma autarquia federal.

d) () Também é exercida na solução de infrações ao Código do Consumidor.

65. O ACORDO DE LENIÊNCIA, PREVISTO NA LEGISLAÇÃO ANTITRUSTE:

a) () Permite a suspensão e posterior arquivamento do processo administrativo ou da averiguação preliminar, com pagamento de multa mínima pelo acusado.

b) () Confere imunidade ao agente que tenha praticado cartel, em relação à pena administrativa.

c) () Confere imunidade ao agente que tenha praticado cartel, em relação à pena criminal.

d) () Confere imunidade ao agente que tenha praticado cartel, em relação às penalidades administrativa e criminal.

66. INDIQUE A ÚNICA ALTERNATIVA CORRETA:

a) () O CADE é o órgão de cúpula do SNDC.

b) () O DPDC reporta diretamente ao CADE.

GRUPO III

c) () O MPF tem competência concorrente com o CADE para aprovar os atos de concentração econômica.

d) () Deter o monopólio de determinado mercado não é uma violação per se à Lei Antitruste.

67. O PROPÓSITO ÚLTIMO DA LEGISLAÇÃO ANTITRUSTE É:

a) () Proteger a pequena contra o poder econômico da grande empresa.

b) () Servir de instrumento eficaz para a intervenção do Estado no domínio econômico.

c) () Pacificar as relações comerciais entre empresas concorrentes.

d) () Proteger o interesse do consumidor.

68. AS AGENCIAS REGULADORAS:

a) () São entidades ligadas ao Estado, tendo em vista sua independência.

b) () São entidades ligadas ao governo, considerando seu importante papel como instrumentos de políticas públicas.

c) () São entidades ligadas ao Poder Judiciário, tendo em vista o poder judicante de que são dotadas.

d) () São entidades ligadas ao Poder Legislativo, assim como os tribunais de contas, tendo em vista o exercício independente de seu poder de polícia, inclusive em relação ao Poder Executivo.

69. SE DETERMINADA OPERAÇÃO REALIZADA POR EMPRESA CAUSAR RESTRIÇÃO À CONCORRÊNCIA:

a) () Essa operação será considerada uma infração antitruste.

b) () Essa operação poderá ser considerada lícita, dependendo das eficiências que ocasionar.

c) () Essa operação será considerada lícita, se realizada por uma empresa estatal em regime de monopólio legal.

d) () Essa operação será considerada lícita se não houver oposição pelos demais concorrentes nesse mesmo mercado.

70. UM ACORDO DE PREÇOS ENTRE EMPRESAS CONCORRENTES:

a) () Será lícito, se se tratar apenas de preço sugerido.

b) () Será lícito, se for um acordo de preços máximos.

c) () Será lícito, se autorizado previamente pela respectiva associação de classe, por unanimidade.

d) () Será considerado ilegal, como regra.

71. QUANTO AO DOMICÍLIO CIVIL DA PESSOA NATURAL, É CORRETO AFIRMAR QUE:

a) () Domicílio e residência são conceitos sinônimos, mesmo se a pessoa tiver mais de uma residência;

b) () Domicílio ocasional ou aparente é aquele local onde a pessoa alega ter residência, sem contudo residir de fato;

c) () O domicílio profissional, que é o local onde é exercida a profissão, não implica em quebra do princípio da unidade domiciliar;

d) () A residência transitória, por motivos de férias, sendo constante, pode ser considerada mudança domiciliar.

72. EM RELAÇÃO ÀS AFIRMATIVAS ABAIXO:

I. O direito ao nome não decorre do fato de estar ligado ao registro da pessoa natural, mas de ser o sinal exterior que individualiza e reconhece a pessoa na sociedade;

II. O *agnome*, termo atualmente em desuso, designa os títulos nobiliárquicos ou honoríficos, apostos antes do prenome;

III. O pseudônimo, em qualquer circunstância, goza da mesma proteção legal conferida juridicamente ao nome;

GRUPO III

IV. Na adoção, o filho adotivo pode conservar o sobrenome de seus pais de sangue, acrescentando porém o do adotante.

Das proposições acima:

- a) () I e II estão corretas;
- b) () II e III estão corretas;
- c) () III e IV estão corretas;
- d) () Nenhuma está correta.

73. ASSINALE A ALTERNATIVA CORRETA:

- a) () O ato ilícito produz efeitos jurídicos, que não são desejados pelo agente, mas impostos por lei.
- b) () A certidão de escritura pública tem a mesma força probante do documento original, desde que concertada por outro escrivão.
- c) () A remissão do penhor, pela entrega do bem empenhado, presume que houve a extinção da dívida.
- d) () Se a situação de necessidade resultar de culpa de quem pleiteia alimentos, estes não serão devidos.

74. ASSINALE A ALTERNATIVA CORRETA:

- a) () Nos processos de interdição promovidos pelo Ministério Público, poderá o juiz nomeá-lo como defensor do incapaz;
- b) () A sucessão *ab intestato* apresentar-se-á como um testamento tácito ou presumido do *de cuius*, obedecendo-se a ordem hereditária;
- c) () O que diferencia o legado *optionis* do legado *electionis* é que no primeiro o legatário tem a opção de escolha do bem;
- d) () O tutor não poderá dispor dos bens do menor, mesmo a título gratuito, mas terá direito ao usufruto dos bens do pupilo.

75. EM RELAÇÃO ÀS AFIRMATIVAS ABAIXO:

- I. A acessão é chamada de industrial ou artificial quando a incorporação de uma coisa a outra resultar do trabalho humano, processando-se de móvel a imóvel;
- II. As ilhas que se formarem em correntes comuns ou particulares pertencem aos proprietários ribeirinhos fronteiras, mesmo se o rio for público;

III. A acessão natural por abandono de álveo de uma corrente ocorre quando um rio seca ou se desvia em decorrência de um fenômeno da natureza;

IV. O construtor de má-fé em zona lindeira, que exceder a vigésima parte do solo alheio, é obrigado a demolir a construção, indenizando a desvalorização da área perdida.

Das proposições acima:

- a) () I e II estão corretas;
- b) () I e III estão corretas;
- c) () I e IV estão corretas;
- d) () Todas estão corretas.

76. QUANTO AOS DIREITOS DA PERSONALIDADE, PODE-SE AFIRMAR QUE:

- a) () A personalidade é sujeito de direito e os seus caracteres são a intransmissibilidade, a irrenunciabilidade e a indisponibilidade;
- b) () São direitos que se destinam a resguardar a dignidade da pessoa humana, mediante sanções, que podem ser suscitadas pelo ofendido;
- c) () O lesado indireto, na indenização por morte de outrem, quando age contra o responsável, procede em nome da vítima;
- d) () No dano moral, os lesados indiretos são aqueles que têm um interesse relacionado a um valor de afeição que lhes representa o bem jurídico da vítima.

77. EM TEMA DE RELAÇÕES DE PARENTESCO:

- I. Quanto aos filhos nascidos de relações não matrimoniais, didaticamente é possível fazer a distinção entre naturais, adulterinos e incestuosos;
- II. Os filhos havidos por fecundação artificial homóloga, mesmo falecido o marido, presumem-se concebidos na constância do casamento, desde que previamente autorizada a fecundação;
- III. A adoção *post mortem* será admitida se, falecendo o adotado no curso da adoção, já houver procedimento da adoção em andamento, com prova da pretensão de adotar;
- IV. O parentesco civil entre adotante e adotado, oriundo da adoção, desliga este último de seus parentes consangüíneos, salvo para efeitos de impedimentos matrimoniais.

Das assertivas acima:

GRUPO III

- a) () I e II estão corretas;
- b) () II e IV estão corretas;
- c) () I e IV estão corretas;
- d) () II e III estão corretas.

78. EM SE TRATANDO DE OBRIGAÇÕES:

- a) () Na obrigação de restituir coisa certa, incidem o depositário, o locatário, o mandatário, o mutuário e o comodatário;
- b) () Na obrigação de dar coisa incerta, não é exigível um ato de escolha, devendo apenas ser observados o gênero e quantidade;
- c) () Se alguém se obriga a não impedir a passagem de vizinhos em sua propriedade, o descumprimento nunca extingue a obrigação;
- d) () É incompatível com a natureza jurídica da obrigação solidária a possibilidade de estipulá-la a prazo para um, e simples para outro devedor.

79. DENTRE AS PROPOSIÇÕES ABAIXO, ALGUMAS SÃO FALSAS, OUTRAS VERDADEIRAS:

- I. Na locação de prédio urbano, morrendo o locador, o cônjuge sobrevivente, o companheiro e os herdeiros subrogam-se nos seus direitos e deveres.
- II. Na doação remuneratória, não há perda do caráter de liberalidade na parte excedente ao valor dos serviços prestados.
- III. A mudança de estado, acarretando a conseqüente mudança de domicílio, autoriza a extinção do mandato.
- IV. Quando o risco for assumido em contrato de co-seguro, não há solidariedade do co-segurador perante o segurado.

Das proposições acima:

- a) () I e II estão corretas;
- b) () II e IV estão corretas;
- c) () II e III estão corretas;
- d) () I e IV estão corretas.

80. NO QUE TANGE AOS NEGÓCIOS JURÍDICOS:

- a) () O erro de cálculo, quando viciar o consentimento, pode gerar a anulação do negócio jurídico;

- b) () O dolo positivo ocorre quando uma das partes ocultar algo que, se a outra fosse sabedora, não efetivaria o negócio;
- c) () O negócio jurídico é anulável tanto em virtude de vícios sociais quanto em virtude de vícios de consentimento;
- d) () O erro de direito, para gerar a anulação do negócio, tanto pode recair sobre normas cogentes quanto sobre normas dispositivas.

81. EM RELAÇÃO À CHAMADA REMESSA OBRIGATÓRIA, OU REEXAME NECESSÁRIO, PODE-SE AFIRMAR QUE:

- a) () Aplica-se exclusivamente às sentenças proferidas contra os entes federativos;
- b) () Tem a natureza jurídica de um recurso em favor dos entes federativos;
- c) () Aplica-se também às autarquias, quando sucumbentes;
- d) () É condição de eficácia das sentenças proferidas contra os entes federativos.

82. DENTRE AS PROPOSIÇÕES ABAIXO, ALGUMAS SÃO FALSAS, OUTRAS VERDADEIRAS:

- I. O requisito da capacidade postulatória admite exceções previstas em lei;
- II. São nulos os atos praticados por juiz absolutamente incompetente;
- III. A perempção é pressuposto processual extrínseco e negativo;
- IV. O processo, antes da citação do réu, não pode permitir a produção de efeitos.

Das proposições acima:

- a) () I e II estão corretas;
- b) () I e III estão corretas;
- c) () I e IV estão corretas;
- d) () Nenhuma das opções anteriores está correta.

GRUPO III

83. QUANTO AO QUE DISPÕE O PARÁGRAFO ÚNICO DO ART. 46 DO CPC (LIMITAÇÃO DE LITISCONSORTES):

- a) () Pode ser aplicado tanto ao litisconsórcio facultativo quanto ao necessário, podendo o juiz, se for o caso, desmembrar o processo;
- b) () Pode ser aplicado tanto ao litisconsórcio ativo quanto ao litisconsórcio passivo, na mesma linha da afirmação anterior;
- c) () Pode ser aplicado tanto aos casos em que há prova pré-constituída quanto àqueles que exigem dilação probatória;
- d) () Pode ser aplicado quando contribuir para a rápida solução do litígio ou para evitar comprometimento da defesa.

84. QUANTO ÀS AÇÕES COLETIVAS:

- a) () A arguição incidental de constitucionalidade só pode ser admitida com fundamento do pedido, nunca como objeto da ação principal;
- b) () No mandado de segurança coletivo, a improcedência do pedido por falta de provas faz coisa julgada em relação aos interesses individuais dos substituídos;
- c) () A ação popular, cuja legitimidade é atribuída aos cidadãos, só pode ser ajuizada em caso de atos ilegais e lesivos ao patrimônio público;
- d) () O que difere os direitos individuais homogêneos dos direitos difusos é o fato de que estes últimos têm indeterminação quanto aos titulares.

85. DENTRE AS PROPOSIÇÕES ABAIXO, ALGUMAS SÃO FALSAS, OUTRAS VERDADEIRAS:

- I. Na continência, existe a identidade das partes e do pedido formulado;
- II. Da decisão que indefere liminarmente a reconvenção cabe recurso de apelação;
- III. Conforme entendimento do STJ, na ação rescisória não se aplicam os efeitos da revelia;
- IV. A sentença que decidir a ação declaratória incidental faz coisa julgada.

Das proposições acima:

- a) () I e II estão corretas;
- b) () II e III estão corretas;

- c) () III e IV estão corretas;
- d) () II e IV estão corretas.

86. EM RELAÇÃO AOS RECURSOS, NO SISTEMA JURÍDICO BRASILEIRO:

- a) () São meios de impugnação de decisões judiciais, inseridos no mesmo processo e nos mesmos autos;
- b) () Em determinadas hipóteses, o mesmo ato judicial pode ser impugnado, simultânea e cumulativamente, por mais de um recurso;
- c) () A fungibilidade recursal exige dúvida objetiva e inexistência de erro grosseiro na interposição do recurso;
- d) () O recurso adesivo é admissível apenas na apelação e nos chamados recursos extraordinários.

87. ASSINALE A ALTERNATIVA CORRETA:

- a) () A transação, a conciliação e a arbitragem são substitutivos da jurisdição;
- b) () O Conselho Nacional de Justiça não integra a estrutura do Poder Judiciário;
- c) () A inspeção judicial só pode ser realizada na sede do juízo;
- d) () A admissão da prova emprestada exige a participação das partes no processo originário.

88. OS JUIZADOS ESPECIAIS CÍVEIS FEDERAIS, NOS TERMOS DA LEGISLAÇÃO DE REGÊNCIA:

- I. Devem observar os prazos diferenciados de que gozam as pessoas jurídicas de direito público;
- II. Podem julgar disputas sobre direitos indígenas, desde que a causa tenha valor de até 60 salários mínimos;
- III. Admitem como legitimados ativos as pessoas físicas e as microempresas e como réus a União, autarquias e empresas públicas federais;
- IV. Facultam às partes designar, oralmente ou por escrito, representantes para a causa, advogado ou não.

Quanto às proposições acima:

- a) () Apenas uma está correta;
- b) () Duas estão corretas;
- c) () Todas estão corretas;
- d) () Todas estão incorretas.

89. CONSIDERE AS SEGUINTE AFIRMAÇÕES:

- I. Para que o recurso seja cabível, a decisão deve ser recorrível e a modalidade recursal adequada;
- II. O órgão do Ministério Público pode recorrer quer atue como parte quer como fiscal da lei;
- III. O interesse recursal corresponde ao binômio necessidade + utilidade;
- IV. A tempestividade é requisito intrínseco de admissibilidade do recurso.

Das proposições acima:

- a) () Apenas uma está correta;
- b) () Duas estão corretas;
- c) () Três estão corretas;
- d) () Todas estão corretas.

90. QUANTO AO PRINCÍPIO DA *PERPETUATIO JURISDICTIONIS*, É CORRETO DIZER QUE:

- I. Em geral visa proteger o autor da demanda, quando é fixada pela regra geral, mas pode proteger o réu em determinadas situações;
- II. Sendo a competência matéria de ordem pública, a competência é fixada no momento da propositura da ação, não importando as modificações de fato ou de direito posteriores;
- III. A competência pela qualidade das pessoas não admite o deslocamento posterior, pois é ditada pelo interesse de ordem pública superior;
- IV. Havendo extinção do órgão jurisdicional, é possível a sua não aplicação, devendo a causa ser julgada pelo órgão que o substituiu.

Das proposições acima:

- a) () I e II estão corretas;
- b) () I e IV estão corretas;
- c) () II e III estão corretas;
- d) () II e IV estão corretas.

GRUPO IV

DIREITO ELEITORAL

DIREITO PENAL

DIREITO PROCESSUAL PENAL

91. COM BASE NAS DISPOSIÇÕES CONSTITUCIONAIS SOBRE ELEIÇÕES, NACIONALIDADE E DIREITOS POLÍTICOS, ASSINALE A ALTERNATIVA CORRETA:

a) () a lei que alterar o processo eleitoral publicada no dia 10 (dez) de dezembro somente entrará em vigor no primeiro dia do ano seguinte ao de sua publicação, podendo ser aplicada à eleição que ocorrer em outubro deste mesmo ano;

b) () o Presidente e o Vice-Presidente da República são eleitos segundo o sistema majoritário (princípio majoritário), enquanto os membros do Congresso Nacional são eleitos pelo sistema proporcional;

c) () a lei complementar que dispuser sobre casos de inelegibilidade não poderá estabelecer distinções entre brasileiros natos e naturalizados além das previstas na Constituição;

d) () a eleição do Prefeito e do Vice-Prefeito se dará pelo sistema majoritário (princípio majoritário), e nos municípios com mais de duzentos mil habitantes ficará sujeita a dois turnos de votação entre os dois candidatos mais votados, se no primeiro turno nenhum dos candidatos alcançar maioria absoluta de votos.

92. RELATIVAMENTE AOS PARTIDOS POLÍTICOS, ASSINALE A ALTERNATIVA CORRETA:

I – possuem personalidade jurídica de direito privado;

II – mesmo sendo-lhes assegurada autonomia para definirem sua estrutura interna, organização e funcionamento, o ordenamento jurídico lhes impõe, entre outros comandos, que seus estatutos estabeleçam normas de disciplina e fidelidade partidária;

III – devem ter caráter nacional, sendo-lhes vedado o caráter regional, mesmo que suas ações se direcionem a um terço, ou mais, dos Estados.

Das proposições acima

- a) () apenas as alternativas I e II estão corretas;
b) () apenas as alternativas I e III estão corretas;
c) () apenas as alternativas II e III estão corretas;
d) () todas as alternativas estão corretas.

93. ASSINALE A ALTERNATIVA CORRETA:

a) () verificada a conexão entre crime comum e crime eleitoral, a competência para processar e julgar ambos os delitos é da Justiça Comum;

b) () os crimes previstos no Código Eleitoral admitem, em regra, tanto a forma dolosa quanto a culposa;

c) () como a legislação eleitoral não prevê delitos específicos contra a honra, os crimes de calúnia, difamação, e injúria praticados na propaganda eleitoral devem ser denunciados com base nos tipos e penas respectivamente previstos no Código Penal para aquelas condutas (artigos 138, 139 e 140 do Código Penal), agindo nesse caso o Ministério Público mediante representação do ofendido e sendo competente a Justiça Comum;

d) () os crimes eleitorais são de ação penal pública incondicionada.

94. A REPRESENTAÇÃO POR CAPTAÇÃO DE SUFRÁGIO, COM BASE NO ILÍCITO PREVISTO NO ARTIGO 41-A DA LEI DAS ELEIÇÕES (LEI Nº 9.504/97), QUE OBJETIVE CASSAR NAS ELEIÇÕES GERAIS O REGISTRO OU O DIPLOMA DE CANDIDATO À REELEIÇÃO AO GOVERNO DO ESTADO, DEVE SER AJUIZADA PERANTE:

a) () o Juiz Eleitoral do município onde ocorreram os fatos, haja vista que nesse caso não há prerrogativa de foro;

b) () o Tribunal Regional Eleitoral;

c) () o Tribunal Superior Eleitoral;

d) () o Superior Tribunal de Justiça, haja vista a prerrogativa de foro dos Governadores prevista na Constituição.

95. SOBRE O MINISTÉRIO PÚBLICO ELEITORAL, É CORRETO AFIRMAR QUE:

I - a função de Promotor Eleitoral em primeiro grau perante os Juízes e Juntas Eleitorais será exercida por Promotor de Justiça, membro do Ministério Público Estadual ou do Ministério Público do Distrito Federal, exceto nas cidades onde tiver sede a Procuradoria da República, hipótese em que a referida função será exercida por Procurador da República, membro do Ministério Público Federal em primeiro grau;

II – a vaga de Juiz relativa ao quinto constitucional do Ministério Público no Tribunal Superior Eleitoral e nos Tribunais Regionais Eleitorais será ocupada por membro vitalício do Ministério Público Federal, indicado pelo Procurador-Geral Eleitoral e nomeado pelo Presidente da República, para uma mandato de dois anos, admitida uma recondução;

III – a atuação do Ministério Público Eleitoral em primeiro grau, perante os Juizes e Juntas Eleitorais, em matéria não criminal, ocorre somente no período eleitoral, ou seja, no ano das eleições, do início do prazo para a realização das convenções partidárias de escolha dos candidatos até a diplomação dos eleitos.

Das proposições acima:

- a) () apenas a alternativa I está correta;
- b) () apenas a alternativa II está correta;
- c) () apenas a alternativa III está correta;
- d) () todas as alternativas estão erradas.

96. A VEICULAÇÃO DE PROPAGANDA ELEITORAL EM LOJAS E ESTABELECIMENTOS COMERCIAIS, NAS QUAIS A POPULAÇÃO EM GERAL TEM ACESSO:

- a) () é permitida, na medida que em bens particulares a propaganda eleitoral independe de obtenção de licença municipal e de autorização da Justiça Eleitoral;
- b) () é permitida, por meio da fixação de faixas, placas, cartazes, pinturas ou inscrições, desde que não excedam a quatro metros quadrados;
- c) () é permitida, desde que espontânea e gratuita, sendo vedado qualquer tipo de pagamento em troca de espaço para esta finalidade;
- d) () é vedada a veiculação de propaganda de qualquer natureza nesses estabelecimentos.

97. CONFORME A LEGISLAÇÃO ATUAL SOBRE ARRECADAÇÃO E APLICAÇÃO DOS RECURSOS NAS CAMPANHAS ELEITORAIS, ASSINALE A ALTERNATIVA CORRETA:

- a) () é vedado a candidato receber doação para a campanha de entidade esportiva, independentemente dela receber ou não recursos públicos;
- b) () é vedado a candidato receber doação para a campanha de empresa comercial pelo simples fato desta estar recebendo pagamentos da administração pública em decorrência do cumprimento de regular contrato de fornecimento de bens e serviços firmado

após licitação, mesmo ela não sendo concessionária ou permissionária de serviço público e não incidindo em outra hipótese de vedação legal;

c) () as despesas com transporte ou deslocamento de candidato e de pessoal a serviço das candidaturas não são considerados gastos eleitorais, não estão sujeitos a registro e não precisam ser declarados na prestação de contas do candidato;

d) () para registrar o movimento financeiro de sua campanha o candidato deverá exclusivamente utilizar suas contas bancárias pessoais, registradas com o seu CPF (Cadastro de Pessoa Física), ou a conta bancária do respectivo partido político.

98. CANDIDATO A PREFEITO MUNICIPAL, EM MUNICÍPIO COM APROXIMADAMENTE DOIS MIL ELEITORES, QUE NÃO OCUPA CARGO PÚBLICO E SE UTILIZANDO DE RECURSOS PRIVADOS, EM DATA ANTERIOR AO PEDIDO DE REGISTRO DE SUA CANDIDATURA, DISTRIBUI DINHEIRO DURANTE O ANO ELEITORAL À METADE DO REFERIDO ELEITORADO, MEDIANTE PEDIDO EXPRESSO DE VOTO. COM ESSES ELEMENTOS DE PROVA E CONFIRMADA A CANDIDATURA, EM QUAL DOS ILÍCITOS ABAIXO SUA CONDUTA DEVERÁ SER ENQUADRADA COM O OBJETIVO DE SER PROCESSADO E CASSADO O REGISTRO DE SUA CANDIDATURA:

- a) () conduta vedada, de que trata o artigo 73 da Lei das Eleições (Lei nº 9.504/97);
- b) () captação ilícita de sufrágio, de que trata o artigo 41-A da Lei das Eleições (Lei nº 9.504/97);
- c) () abuso de poder econômico, de que tratam o artigo 14, §10, da Constituição Federal, e os artigos 19 e 22 da Lei Complementar nº 64/90;
- d) () em nenhum dos ilícitos eleitorais acima, pois a cassação do registro de candidato só poderá ocorrer em face de ilícitos eleitorais praticados após o requerimento de registro da respectiva candidatura ser protocolado perante a Justiça Eleitoral.

99. RELATIVAMENTE À AÇÃO DE IMPUGNAÇÃO DE REGISTRO DE CANDIDATURA, ASSINALE A ALTERNATIVA ERRADA:

- a) () uma de suas hipóteses de cabimento é atacar a incidência de causa de inelegibilidade de candidato;
- b) () a competência para processar e julgar impugnação contra registro de candidatura ao Senado Federal pertence ao Tribunal Regional Eleitoral onde foi requerida o referido registro;

GRUPO IV

c) () a impugnação, por parte do candidato, partido político ou coligação, não impede a ação do Ministério Público Eleitoral no mesmo sentido;

d) () pode ser ajuizada desde a publicação do registro da candidatura do candidato até o dia da eleição.

100. DIRIGENTE DE ÓRGÃO PÚBLICO MUNICIPAL, ATENDENDO A PEDIDO DE CANDIDATO À VEREANÇA, FAZ COM QUE OS SERVIDORES A ELE SUBORDINADOS, NO MÊS QUE ANTECEDE ÀS ELEIÇÕES E DURANTE O HORÁRIO DE TRABALHO, USEM AS LINHAS TELEFÔNICAS DO ÓRGÃO PARA FAZER LIGAÇÕES TELEFÔNICAS A INÚMEROS ELEITORES, PEDINDO O VOTO PARA O REFERIDO CANDIDATO. COM ESSES ELEMENTOS, ASSINALE QUAL DAS MEDIDAS JUDICIAIS ABAIXO DEVERÁ O MINISTÉRIO PÚBLICO ELEITORAL AJUIZAR PARA BUSCAR TANTO A CASSAÇÃO DO REGISTRO OU DO DIPLOMA DO CANDIDATO COMO A APLICAÇÃO DE PENA DE MULTA AO AGENTE PÚBLICO RESPONSÁVEL:

a) () representação por captação ilícita de sufrágio, de que trata o artigo 41-A da Lei das Eleições (Lei nº 9.504/97);

b) () representação por arrecadação ou gastos ilícitos de campanha, de que trata o artigo 30-A, §2º, da Lei das Eleições (Lei n.º 9.504/97);

c) () representação por conduta vedada, de que trata o artigo 73 da Lei das Eleições (Lei n.º 9.504/97);

d) () ação de investigação judicial eleitoral para apurar o uso indevido de meio de comunicação social, de que trata o artigo 22 da Lei Complementar nº 64/90.

101. ASSINALE A ALTERNATIVA CORRETA ACERCA DA EQUIPARAÇÃO A SERVIDOR PÚBLICO PARA OS CRIMES PREVISTOS NA LEI DE LICITAÇÕES.

a) () quem exerce cargo, emprego ou função em entidade paraestatal, e quem trabalha para empresa prestadora de serviço contratada ou conveniada para a execução de atividade típica da administração pública;

b) () quem exerce mandato, cargo, emprego ou função em entidade privada que receba subvenção, benefício ou incentivo, fiscal ou creditício, de órgão público;

c) () quem exerce cargo, emprego ou função em entidade paraestatal, assim consideradas, além das fundações, empresas públicas e sociedades de economia mista, as demais entidades sob controle direto ou indireto do Poder Público;

d) () quem exerce cargo, emprego ou função em empresas controladas, direta ou indiretamente, em organização pública internacional.

102. IGUALMENTE QUANTO A FALSIFICAÇÃO DO SELO ADESIVO DESTINADO A COMPROVAR O PAGAMENTO DE IMPOSTO.

a) () está classificada na lei como crime contra a ordem tributária;

b) () só deve ser comunicada ao MPF após a constituição do crédito tributário, consoante Portaria n. 2439, de 21/12/10 da SRF;

c) () é crime subsidiário em relação ao crime de sonegação fiscal;

d) () está tipificada como crime autônomo, com pena de reclusão de 2 a 8 anos, e multa.

103. CIDADÃO PROTOCOLOU REPRESENTAÇÃO NA CORREGEDORIA-GERAL DO MPF RELATANDO QUE PROCURADOR DA REPÚBLICA COMETEU ABUSO DE AUTORIDADE NO OFERECIMENTO DE DENÚNCIA CONTRA DETERMINADA PESSOA. INSTAURADA SINDICÂNCIA, DIANTE DOS ESCLARECIMENTOS PRESTADOS, FOI ARQUIVADA COM FUNDAMENTO NO PRINCÍPIO DA INDEPENDÊNCIA FUNCIONAL. AVALIE A ALTERNATIVA CORRETA:

a) () cabe, em tese, denúncia caluniosa contra o cidadão porque abuso de autoridade é, por definição, um crime;

b) () o referido procurador da República está impedido de propor ação penal contra o cidadão por denúncia caluniosa;

c) () só é cabível ação penal privada por calúnia;

d) () não cabe ação de denúncia caluniosa, pois não foi instaurada investigação administrativa contra o membro do MPF.

GRUPO IV

104. É INCORRETO AFIRMAR QUE:

- a) () a perda de cargo, função pública ou mandato eletivo é efeito da condenação inaplicável em crimes contra as finanças públicas;
- b) () os crimes contra as finanças públicas constituem também atos de improbidade administrativa;
- c) () os crimes contra as finanças públicas são crimes funcionais impróprios;
- d) () na oferta pública ou colocação no mercado financeiro de títulos da dívida pública o sujeito ativo pode ser servidor público outro que não a autoridade pública com poderes decisórios em nome do ente federativo.

105. CONSIDERE AS SEGUINTE AFIRMAÇÕES:

- I - Se do crime culposo de perigo comum resulta lesão corporal, a pena privativa de liberdade é aumentada de metade; se resulta morte, aplica-se a pena cominada ao homicídio culposo;
- II - O crime de atentado contra a segurança de serviço de utilidade pública é sempre crime de perigo;
- III - O crime de interrupção ou perturbação de serviço telegráfico ou telefônico admite a modalidade dolosa e a forma qualificada.

Diante delas:

- a) () apenas as assertivas I e II são corretas;
- b) () apenas as assertivas I e III são corretas;
- c) () apenas a assertiva I é correta;
- d) () todas as assertivas são incorretas.

106. SOBRE O CRIME DE SUPRESSÃO DE DOCUMENTO ASSINALE A ALTERNATIVA CORRETA:

- a) () absorve o crime de dano;
- b) () se consuma independentemente de eventual prejuízo ou benefício decorrente;
- c) () pode incidir em documento público ou particular falso se este constituir meio de prova;
- d) () abrange o extravio.

107. NO QUE DIZ RESPEITO À VIOLAÇÃO DE SIGILO É CORRETA A ALTERNATIVA:

- a) () a violação do dever de sigilo das operações de instituições financeiras independe do efetivo prejuízo da administração ou do particular;
- b) () os crimes sob a rubrica legal de violação de sigilo funcional são todos crimes formais;
- c) () o art. 10 da LC n. 105/2001 é incompatível com o art. 18 da Lei n. 7.492/86;
- d) () os crimes sob a rubrica legal de violação de sigilo funcional pressupõem a imposição do segredo de justiça.

108. ASSINALE A ALTERNATIVA INCORRETA:

- a) () quando aplicada pena privativa de liberdade por tempo igual ou superior a um ano, nos crimes praticados com abuso de poder ou violação de dever para com a Administração Pública cabe a declaração de perda do cargo, função pública ou mandato eletivo;
- b) () quando for aplicada pena privativa de liberdade em crime de tortura praticado por servidor público a perda do cargo também deve ser motivadamente declarada na sentença;
- c) () em crime relacionado com o tráfico de drogas a perda do cargo ou função pública na hipótese de condenação segue as regras do Código Penal;
- d) () para a aplicação da perda do cargo ou função pública deve considerar-se o conceito de funcionário público previsto no art. 327 do CP e se o fato ocorreu no exercício das funções do agente.

109. LEIA AS PROPOSIÇÕES ABAIXO:

- I - São pressupostos fundamentais do crime omissivo impróprio o dever de agir, o poder agir, a evitabilidade do resultado e o dever de impedir o resultado;
- II - constitui crime omissivo impróprio, nos crimes ambientais, a conduta de alguém, sabendo da conduta criminosa de outrem, deixar de impedir a sua prática, quando podia agir para evitá-la;
- III - O comportamento anterior, que cria o risco da ocorrência do resultado, pode ser voluntário ou involuntário, doloso ou culposo.

Dentre as proposições acima:

- a) () apenas são corretas as dos incisos I e II;

GRUPO IV

- b) () apenas são corretas as dos incisos I e III;
c) () apenas são corretas as dos incisos II e III;
d) () todas as proposições são corretas.

110. SOBRE ELEMENTOS NORMATIVOS:

I - Elementos normativos do tipo são sinônimos de elementos normativos especiais da ilicitude;
II - O erro sobre as expressões como "indevidamente", "sem licença da autoridade" é unanimemente tratado pela doutrina como erro de proibição;
III - O erro sobre pressuposto fático de uma causa de justificação tem regra específica no CP brasileiro.

Dentre as proposições acima:

- a) () apenas são corretas as dos incisos I e III;
b) () apenas são corretas as dos incisos II e III;
c) () apenas é correta a do inciso III;
d) () todas as proposições são incorretas.

111. O PROMOTOR DE JUSTIÇA DA COMARCA DE SÃO JOÃO DE MERITI REQUEREU E OBTVE DECISÃO JUDICIAL DE ARQUIVAMENTO DE INQUÉRITO POLICIAL, ONDE SE INVESTIGOU CRIME DE ROUBO PERPETRADO CONTRA UMA AGÊNCIA DOS CORREIOS DA LOCALIDADE, POR INSUFICIÊNCIA DE PROVAS DA AUTORIA. DOIS ANOS DEPOIS DESTA DECISÃO, O PROCURADOR DA REPÚBLICA LOTADO NA LOCALIDADE, DE POSSE DOS DADOS APURADOS NAQUELE INQUÉRITO, DECIDE DENUNCIAR OS INVESTIGADOS PERANTE O JUIZ FEDERAL RESPECTIVO, PELO CRIME DO ARTIGO 157 DO CÓDIGO PENAL. SOBRE A QUESTÃO, VERIFIQUEM-SE AS SEGUINTESS ASSERTIVAS:

I - trata-se de violação ao princípio que veda a revisão *pro societate*, previsto no Pacto de São Jose da Costa Rica, cuja força normativa advém do artigo 5º, § 3º da Constituição, mesma fonte normativa que dispõe sobre a competência da justiça federal.

II - por se tratar, o pedido de arquivamento e sua determinação, de atos praticados por agentes aos quais faleciam, respectivamente, atribuição e competência de forma absoluta, por força de norma constitucional, não há que se falar em violação ao princípio da vedação à revisão *pro societate*.

III - a denúncia ofertada desconsidera, indevidamente, a extensão da coisa julgada material produzida com a decisão judicial que homologou o arquivamento, afrontando, assim, princípio constitucional.

IV - a denúncia poderia ser ofertada não havendo que se falar em violação da coisa julgada material, ou da vedação à revisão *pro societate*, mas apenas se o Procurador da República obtivesse novas provas, na forma do artigo 18 do CPP, uma vez que a decisão de arquivamento, embora emanada de juízo absolutamente incompetente, gera direito subjetivo para o investigado, especialmente derivado do princípio da confiança e da segurança jurídica.

V - a instauração da ação penal não viola o Pacto de São Jose da Costa Rica, uma vez que a decisão judicial que determina o arquivamento não configura sentença absolutória, nem extintiva da punibilidade.

- a) () II e V estão corretas
b) () I e III estão corretas
c) () Apenas a IV está correta
d) () Apenas a II está correta

112. SOBRE MATÉRIA DE COMPETÊNCIA DERIVADA DA PRERROGATIVA DA FUNÇÃO, VEJAM-SE AS SEGUINTESS ASSERTIVAS:

I - O foro por prerrogativa de função fixado em Constituição Estadual, em favor de vereador, não deve prevalecer sobre a competência do tribunal do júri, consoante entendimento sedimentado pelo STF.

II - Prefeitos e Deputados Estaduais têm foro junto ao TRF respectivo, no caso de crimes da competência da justiça federal, consoante entendimento sumulado pelo STF.

III - Prefeitos tem foro por prerrogativa de função fixado no Tribunal de Justiça, mesmo para crimes da competência da justiça federal, por força do disposto no artigo 29, X da Constituição, consoante entendimento sedimentado no STF.

IV - Consoante entendimento sedimentado pelo STF, Prefeitos tem foro perante o TRF nos casos de crimes da competência da justiça federal, embora o princípio da simetria venha sendo também estendido aos Deputados Estaduais, pela jurisprudência.

V - Pelo princípio da simetria, Promotores de Justiça tem foro por prerrogativa de função perante o Tribunal de Justiça e Procuradores de Justiça, perante o STJ.

- a) () III está correta
 b) () I e IV estão corretas
 c) () I, IV e V estão corretas
 d) () I e II estão corretas

113. EM TEMA DE COOPERAÇÃO INTERNACIONAL EM MATÉRIA PENAL, É CORRETO AFIRMAR QUE, EM HAVENDO COMPROMISSO INTERNACIONAL DO QUAL O BRASIL É SIGNATÁRIO:

a) () os pedidos de assistência direta formulados por autoridades estrangeiras podem ser dirigidos diretamente a autoridades centrais do Poder Executivo no Brasil, desde que não importem em medidas constritivas que, pela lei brasileira, dependam de decisão judicial, o que determina sejam veiculados pela via da Carta Rogatória.

b) () os pedidos de assistência direta formulados por autoridades estrangeiras podem ser dirigidos diretamente a autoridades centrais do Poder Executivo no Brasil, desde que não importem em medidas constritivas que, pela lei brasileira, dependam de decisão judicial, o que determina sejam veiculados pela via da homologação de sentença estrangeira, já que exigem exame de mérito incabível nas Cartas Rogatórias.

c) () os pedidos de assistência direta formulados por autoridades estrangeiras podem ser dirigidos diretamente a autoridades centrais do Poder Executivo no Brasil, mas quando importarem em medidas constritivas que, pela lei brasileira, dependam de decisão judicial, deverão ser ajuizadas pelo Procurador da República com atribuição, perante um juízo federal de primeiro grau.

d) () os pedidos de assistência direta formulados por autoridades estrangeiras podem ser dirigidos diretamente a autoridades centrais do Poder Executivo no Brasil, e por estas executados, mesmo quando importarem em medidas constritivas que, pela lei brasileira dependam de decisão judicial.

114. EM TEMA DE INTERCEPTAÇÃO TELEFÔNICA, É CORRETO AFIRMAR QUE:

a) () a jurisprudência atual dos tribunais superiores não vem admitindo como lícita a gravação feita por um dos interlocutores da conversa.

b) () o pedido de quebra de sigilo telefônico deverá ser feito sempre por escrito e decidido de forma fundamentada.

c) () não cabe a quebra do sigilo telefônico para investigação de crime de constrangimento ilegal (art. 146 do CP).

d) () a interceptação telefônica somente pode ser deferida na fase investigatória, com exceção dos crimes definidos na Lei 11.343/2006 que admite a medida em qualquer fase da persecução criminal.

115. JOSUÉ SÁLVIA, SERVIDOR PÚBLICO, FOI CONDENADO À PENA DE 6 ANOS DE RECLUSÃO POR VIOLAÇÃO DO ARTIGO 317 DO CÓDIGO PENAL. RECORRE A DEFESA, PLEITEANDO A ABSOLVIÇÃO, E TAMBÉM O MINISTÉRIO PÚBLICO, REQUERENDO O RECONHECIMENTO DE CIRCUNSTÂNCIA AGRAVANTE NÃO CONTEMPLADA NA SENTENÇA. O TRIBUNAL, AO EXAMINAR OS RECURSOS, DECIDE, EX OFFICIO, PELA NULIDADE ABSOLUTA DA SENTENÇA, DECORRENTE DE INSUFICIENTE FUNDAMENTAÇÃO. RETORNANDO OS AUTOS AO JUÍZO DE ORIGEM, A NOVA SENTENÇA, SE CONDENATÓRIA:

a) () deverá ater-se ao limite de 06 anos imposto na primeira sentença, em virtude do princípio da *non reformatio in pejus* expresso no artigo 617 do CPP.

b) () deverá ater-se ao limite de 06 anos imposto na primeira sentença, em virtude do princípio da *non reformatio in pejus indireta* consagrado em matéria sumulada pelo STF, interpretado extensivamente.

c) () não poderá ultrapassar o limite de 06 anos, o que somente seria possível se a nulidade reconhecida decorresse de incompetência absoluta.

d) () nenhuma das respostas acima.

116. CONSIDERE AS ASSERTIVAS A SEGUIR:

I - no processo comum, o juiz, depois de receber a denúncia, designa audiência de instrução devendo determinar a intimação, dentre outros, do ofendido.

GRUPO IV

II - a jurisprudência consolidada no STF não admite a suspensão condicional do processo em caso de crime continuado.

III - o Ministério Público pode desistir de suas testemunhas sem a anuência prévia da defesa.

IV - se o juiz, após a defesa preliminar, reconhecer a existência de doença mental do acusado, comprovada por sentença judicial de interdição, deverá absolver sumariamente o acusado, embora se trate de absolvição imprópria, tendo em vista a possibilidade de imposição de medida de segurança.

V - no procedimento comum, o ofendido, mesmo que não habilitado como assistente, poderá requerer a admissão de assistentes técnicos.

Pode-se afirmar que:

- a) () I, II e III estão incorretas
- b) () III e V estão incorretas
- c) () II e IV estão incorretas
- d) () todas estão incorretas

117. SUJEITO PRESO EM FLAGRANTE COMO INCURSO NAS PENAS DO ARTIGO 289 DO CP, IDENTIFICA-SE COM O NOME DE ADÉLIO PIMENTA, APRESENTANDO DOCUMENTO, SENDO COLHIDAS SUAS IMPRESSÕES DIGITAIS, DENUNCIADO PELO PROCURADOR DA REPÚBLICA, É CITADO PESSOALMENTE, APRESENTA DEFESA PRELIMINAR E COMPARECE À AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO E JULGAMENTO, QUANDO LHE É CONCEDIDA A LIBERDADE PROVISÓRIA. NA SENTENÇA CONDENATÓRIA, PROFERIDA NA FORMA DO ARTIGO 403, § 3º DO CPP, O JUIZ DECRETA A SUA PRISÃO PREVENTIVA, TENDO EM VISTA A NOTÍCIA DE QUE O RÉU SE ENVOLVERA EM NOVA FRAUDE. AO SER CUMPRIDO O MANDADO DE PRISÃO, VERIFICA-SE QUE O NOME ADÉLIO PIMENTA PERTENCE A PESSOA DIVERSA QUE, EM TEMPOS PASSADOS, PERDERA PARTE DE SEUS DOCUMENTOS. O PROCESSO CORRERA EM NOME DE PESSOA FALSAMENTE IDENTIFICADA E O VERDADEIRO NOME DO ACUSADO É DESCONHECIDO. ESTANDO OS AUTOS PARA JULGAMENTO DA APELAÇÃO, O TRIBUNAL DEVERÁ:

a) () anular todo o processo, já que desde a denúncia a ação se desenvolveu em face de parte ilegítima, o que configura nulidade absoluta.

b) () anular somente a sentença, uma vez que o erro na identificação do réu não invalida o processo, tendo em vista sua citação pessoal e sua presença nos atos processuais.

c) () considerar como mero erro material e efetuar a correção no nome da parte, em grau de apelação.

d) () reformar a sentença e absolver Adelio, já que verdadeiramente não foi ele o autor do crime.

118. SOBRE OS ASPECTOS PROCESSUAIS DOS CRIMES DE LAVAGEM DE DINHEIRO, PODE-SE DIZER QUE:

a) () as medidas previstas no artigo 4º da lei respectiva se equivalem àquelas previstas nos artigos 125 e 134, além dos artigos 240 e seguintes do CPP.

b) () a competência não será da justiça federal, quando o crime antecedente for um peculato praticado por detentor de cargo em comissão do Banco do Brasil.

c) () a restituição da coisa apreendida somente será feita na pessoa do acusado.

d) () o acusado citado por edital que não apresentar defesa no prazo de 10 dias, será processado e julgado à revelia.

119. CONSIDERE AS SEGUINTESS ASSERTIVAS:

I - o recurso em sentido estrito interposto contra decisão de rejeição de denúncia somente dispensa as contrarrazões, quando a rejeição se der antes da citação do acusado.

II - o réu não precisa integrar a relação processual nos mandados de segurança em matéria penal, quando impetrados pelo Ministério Público, se o ato atacado versa sobre questão meramente procedimental.

III - a jurisprudência consolidada dos tribunais superiores vem admitindo o *habeas corpus* para trancamento de ação penal por infração a que não se comine pena privativa de liberdade,

GRUPO IV

considerando-se os eventuais gravames futuros na liberdade ambulatorial, decorrentes de uma condenação desta espécie.

IV - haverá incompetência do STJ para a revisão criminal, quando a Corte não tiver conhecido do recurso especial interposto contra a decisão rescindenda.

Pode-se afirmar que:

- a) todas estão incorretas.
- b) somente I e III estão corretas.
- c) somente III está correta.
- d) somente IV está correta.

120. TENDO-SE EM CONTA OS PROCESSOS POR CRIME DE TRÁFICO DE DROGAS, PODE-SE AFIRMAR QUE:

- a) aplicam-se as hipóteses de absolvição sumária previstos na lei processual geral, mesmo em se tratando de procedimento previsto em norma especial.
- b) quando se cuidar de tráfico com repercussão transnacional praticado em município que não seja sede de Vara Federal, a atribuição para a acusação será delegada ao Promotor de Justiça lotado na Comarca.
- c) conforme disposto no artigo 48, § 1º da lei de regência, somente o tipo relacionado ao consumo próprio da droga será da competência dos juizados especiais criminais.
- d) nenhuma das alternativas acima.